

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	16
5.5 - Alterações significativas	22
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	23

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	51
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	54
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	55
10.5 - Políticas contábeis críticas	58
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	60
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	61
10.8 - Plano de Negócios	62
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 Descrição - Gerenciamento de riscos de riscos

- (a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gestão de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo Cosan em 29 de outubro de 2018.

A política tem por objetivo descrever as atividades da área de Gestão de Riscos da Companhia e trazer a definição dos riscos, instrumentos de proteção, estrutura organizacional, avaliação da estrutura e diretrizes dos limites aceitáveis (apetite ao risco).

- (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- (i) os riscos para os quais se busca proteção

Conforme já mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Companhia. As principais naturezas dos riscos estão destacados abaixo:

Riscos Estratégicos estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

- i. *Câmbio*: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Companhia quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
- ii. *Juros*: também associado à volatilidade do mercado. A Companhia pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Companhia.
- iii. *Liquidex*: Situação em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.
- iv. *Crédito*: associado às contrapartes da Companhia que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, etc.

▪

- (ii) os instrumentos utilizados para proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, como Controle Interno, SSMA (Saúde Segurança e Meio Ambiente), Gestão de Crises e Gestão de Riscos e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave da Companhia, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação destes riscos.

A atuação em conjunto, das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar:** Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reducir:** Quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar:** Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- **Aceitar:** Quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de riscos financeiros, há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Câmbio	<ul style="list-style-type: none"> - Non Deliverable Forward (NDF) - Swap - Contrato Futuro de Câmbio - Contrato de Câmbio - Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	<ul style="list-style-type: none"> - Swap - Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> - Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	<p>de curto prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratação de limites para saque (Standby Credit Facility e Conta Garantida)
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> - Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's. - Contratos de Derivativos negociados com Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's.

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia e de suas controladas.

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gera seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência.

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme o Estatuto Social da Companhia: (i) eleger, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor, bem como dos comitês especializados para auxílio do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento, anual ou por projeto, destinado a cobrir as despesas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; e (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento de todos os comitês eventualmente instalados na Companhia, inclusive o Comitê de Auditoria.

Ao Conselho Fiscal, por sua vez, nos termos do artigo 163 da Lei 6.404/1976, compete: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis

à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificações do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar; e (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Há, ainda, os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, que a estes estão subordinados e que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que se refere ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita. São esses o Comitê de Auditoria, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Divulgação e Negociação.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 Descrição - Gerenciamento de riscos de riscos

Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio.

Adicionalmente, as áreas de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* da Companhia, subordinadas ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, têm a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (iii) realizar *follow up* de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (iv) identificar savings e redução de custos; (v) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (vi) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (vii) disseminar a cultura de controles internos; (viii) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (ix) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; (x) mapear os riscos inerentes ao negócio; (xi) auxiliar na implantação de planos de ação; e (xii) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de risco. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia. O Conselho de Administração aprovou em 3 de novembro de 2016, a política de gerenciamento de riscos, a fim de acompanhar o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A administração, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

A área de Auditoria e *Compliance*, entre outras funções, efetua as ações abaixo para certificar a adequação das práticas e processos internos relacionados à Lei Anticorrupção e Política Corporativa Anticorrupção do Grupo Cosan:

- Trabalhos de auditoria interna
- E-learnings e treinamentos
- Pesquisa de background de parceiros/fornecedores
- Cláusulas contratuais anticorrupção
- Cláusulas anticorrupção nas novas procurações outorgadas
- Controles internos SOX
- Certificações da Política Anticorrupção para funções chave

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A avaliação do risco de mercado da carteira de investimentos, derivativos, passivos financeiros ou de qualquer outro item sujeito a marcação a mercado, deverá ser feita frequentemente, visando minimizar a eventual perda patrimonial decorrente da volatilidade no mercado.

O critério preponderante na análise de quaisquer ativos que irão compor as carteiras de investimentos deverá ser a relação Risco e Retorno, computados eventuais riscos de crédito e de mercado que o ativo possa apresentar.

As operações derivativas (*hedge*) deverão ser contratadas exclusivamente para garantir os resultados econômico-financeiros planejados no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, particularmente no que tange a possíveis impactos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia.

Visando a melhor estrutura de custos financeiros possível, oriundos das exposições aos riscos financeiros citados acima, a Companhia se reserva no direito da não obrigatoriedade da contração de operações de derivativos.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes principais riscos de mercado:

- Possíveis perdas relacionadas à variação ou descasamento das taxas de juros (fixas ou flutuantes, nacionais ou internacionais, futuras ou spot, de curto ou longo prazo);

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Exposição cambial que ocorrer na moeda local, quando houver negociação cujo valor está expresso em moeda diferente daquela que é moeda funcional da Companhia (Reais) ou quando houver negociação cujo valor, apesar de expresso em Reais, está altamente correlacionado com as variações de outras moedas, diferente daquela que é moeda funcional da Companhia;
- Inflação, tendo em vista a contratação de atividades por meio de contratos com correção monetária atrelada à variação de índices de preços; e
- Exposições legais que a Companhia pode incorrer devido a formalizações contratuais das operações financeiras.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A administração dos riscos associados às operações financeiras é feita mediante a aplicação da Política de Gestão de Riscos Financeiros e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Esse conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser identificadas como as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser executadas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

Para tal a Companhia conta com:

- Realização de testes de aderência

Consiste em verificar se os resultados do fluxo de caixa real e projetado são razoavelmente aderentes, objetivando assim, dentro de um padrão mínimo aceitável, validar o cenário elaborado para necessidade/sobra de caixa;

- Planos de Contingência de Liquidez

A ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a falta de recursos.

- Liquidez dos investimentos

Investimentos distribuídos de modo que: (a) de 50% a 100% do volume financeiro tenha liquidez entre 1 e 3 meses; (b) 0% e 50% do volume financeiro tenha liquidez entre 3 e 9 meses; e (c) entre 0% e 25% do volume financeiro com liquidez acima de 9 meses.

- Investimentos Financeiros

No Brasil: respeitar os instrumentos estabelecidos abaixo:

- Títulos Soberanos de natureza pré e pós fixadas (tais como LFT, NTN's e LTN);
- Títulos Privados de natureza pré e pós fixadas dentre eles:
 - ✓ *Certificado de Depósitos Bancários;*
 - ✓ *Operações compromissadas;*
 - ✓ *DPGE (Depósito a prazo com garantia especial do FGC), emitido por instituição financeira;*
 - ✓ *Letras Financeiras; e*
 - ✓ *CDB Resolução 2921, como lastro para operações passivas da Companhia, como exemplo Fianças Bancárias.*

No exterior: respeitar os instrumentos estabelecidos abaixo:

- *Time Deposits* (emitidos por instituições financeiras);
- Títulos Públicos (tais como Treasury Bills, Treasury Notes e Treasury Bonds); e
- Operações compromissadas com títulos públicos (Repurchase Agreement – Repo).

- Cláusulas Contratuais

Determinadas cláusulas, usuais em operações financeiras, são pré-determinadas e exceções devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão Financeira. São elas:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Vencimento antecipado, incluindo vencimento cruzado (*Cross Acceleration ou Cross Default*);
- *Covenants* financeiros e não financeiros;
- Ranking de obrigações (*pari passu/most favoured nation*);
- Efeito material adverso (*Material Adverse Change*); e
- Declarações e garantias (*Representations and Warranties Comfort Letters ou Letters of Awareness*).

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são os seguintes:

- Swaps de taxas de juros

Utilização de swaps baseados em PréxDI, TJLPxDI, IGPMxDI, DIxPré, etc.

- Swaps de moedas

Utilização de swaps de moedas, como por exemplo: Dólar x Reais, Euro x Dólar etc. Ademais a utilização de Non-deliverable Forwards / FRA (Forward Rate Agreement): Ex: Dólar x Reais / Libor floating x taxa fixa.

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Em relação aos swaps de taxas de juros, estes transformam um passivo em taxa pré-fixada em um passivo indexado ao CDI. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação. São considerados swaps sem caixa. Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 são apresentados de forma resumida a seguir.

Descrição	Contraparte	Moeda	Ativo	Passivo	Vencimento
Hedge -4131	Banco Citibank S.A	USD	Libor 3M+ 0,74% a.a.	117,5% do CDI	Novembro de 2022
Hedge Senior Notes 2025	Bancos JP Morgan S.A e Goldman Sachs S.A	USD	5,875% a.a.	127,07% do CDI	Janeiro de 2025
Hedge Senior Notes 2024	Bancos Bradesco S.A, Goldman Sachs S.A,Morgan Stanley S.A e Santander S.A	USD	7,375% a.a.	144,77% do CDI	Fevereiro de 2024

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

As seguintes diretrizes devem ser observadas na mensuração e identificação dos riscos e dos limites para contratação de operações de hedge:

- Deve ser levado em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos utilizados;
- Prazo compatível idealmente com os eventos geradores das respectivas operações;
- Antes de contratar uma operação de derivativo a Companhia deve buscar balancear ativos e passivos ou fluxos futuros a pagar e receber com o intuito de mitigar um determinado fator de risco “hedge natural” com operações oriundas através do curso normal da Companhia;
- Ter como ativo objeto o mesmo fator de risco a ser protegido; e
- Prioritariamente, ser tratado como *hedge accounting* de acordo com as normas contábeis em vigor.

Visando a melhor estrutura de custos financeiros possível, oriundos das exposições aos riscos financeiros citados acima, a companhia se reserva no direito da não obrigatoriedade da contração de operações de derivativos.

Risco de Taxas de Juros

A Companhia monitora as flutuações dessas taxas de juros mensalmente e pode, se julgar adequado, operar com derivativos com objetivo de minimizar riscos. Cumpre ressaltar que a Companhia não possui limites de exposição que sejam permitidos de acordo com as suas políticas internas.

Risco de Taxas de Câmbio

Toda a receita operacional líquida da Companhia encontra-se denominada em reais. A maioria dos custos é denominada em reais, e quando expostos, a exposição ao dólar varia de um a dois dias, logo sendo mitigado. Em 31 de dezembro de 2018, 47,40% da dívida da Companhia estava denominada em dólar norte americano, exposta ao risco das flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Atualmente, a Companhia possui operações com derivativos para todas as operações de empréstimos em dólar norte americano.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial. A maioria da receita operacional líquida da Companhia encontra-se denominada em reais.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração estabelece limites de exposição e índices de cobertura em uma base periódica, de modo a otimizar o controle operacional e financeiro.

A equipe de auditoria interna, riscos e *compliance* possui em seu plano de trabalho escopo para revisão dos controles internos relacionados às operações de instrumentos financeiros. A

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

área de auditoria interna, riscos e *compliance* está subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo as seguintes competências:

- (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes;
 - (b) criar e executar um Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos e adequação às Leis e Políticas Internas;
 - (c) realizar acompanhamento de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna;
 - (d) identificar *savings* e redução de custos;
 - (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e *US Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)*;
 - (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos;
 - (g) disseminar a cultura de Controles Internos; e
 - (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos e (i) controlar e aprovar perfis de acesso SAP-GRC.
- (c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada em vista das melhores práticas de mercado e *benchmarking* realizados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da Vice-Presidência Financeira da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração realizou avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando critérios do *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO")* – 2013.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir, de forma razoável e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Em sua avaliação, a administração concluiu que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios do *COSO framework* de 2013.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário responsável por assessorar a administração sobre a seleção dos auditores independentes, revisar o escopo de auditoria, avaliar os controles internos de forma constante e validar os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Vice-Presidência Financeira, principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia, conta com o suporte da Gerência de Contabilidade (CSC) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia conta com uma estrutura corporativa de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*, bem como uma área de Controles Internos dedicada ao negócio que, dentre outros, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras e está subordinada ao Comitê de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Auditoria Estatutário, tendo a responsabilidade de: (a) gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar o Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir seu funcionamento; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e validação das solicitações de acesso e melhorias aos sistemas corporativos da Companhia (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente à administração os resultados da gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria Estatutário, por sua vez, tem a função de (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) no gerenciamento de riscos e *compliance*; (iii.4) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; (vi) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (vii) elaborar relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vii.1.) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vii.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (viii) elaborar meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas às suas competências; e (ix) demandar dos auditores independentes esclarecimentos a respeito de matérias de sua Competência.

O Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício. À Diretoria compete a elaboração do relatório e das demonstrações financeiras de cada exercício.

O Conselho Fiscal deve analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, bem como examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Companhia, aos Diretores e aos Gerentes envolvidos.

Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área de Riscos, Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo COSO – 2013.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os auditores externos independentes da Companhia não identificaram, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras, deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o seu parecer sobre o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020. As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia no período supracitado.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.3(d) acima, não foram identificadas, tanto pelos auditores externos independentes quanto pela Auditoria interna, deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira**

(a) **regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

(i) **principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor**

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras impostas no seu Código de Conduta e nas políticas do Grupo Cosan, do qual a Companhia faz parte, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; e (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos, aplicáveis às sociedades integrantes do Grupo Cosan, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>), e com as seguintes características e objetivos:

- **Código de Conduta:** O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2018 e sua atualização foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2019. O Código é aplicável a todos que mantém vínculo estatutário ou empregatício com o Grupo Rumo, incluindo os colaboradores da Companhia, clientes, parceiros de negócios, agentes intermediários, procuradores, subcontratados, prestadores de serviços e fornecedores de bens e serviços, diretos ou indiretos, regulando os princípios e as práticas éticas que regem o relacionamento interno e externo da Companhia, e norteando a atuação dos seus funcionários. O Código de Conduta traça os princípios, procedimentos e boas práticas a serem observadas, por exemplo, com relação à mitigação de conflito de interesses, comutatividade das transações entre partes relacionadas, relacionamento com órgãos públicos, observância à Lei nº 12.846/2013 (“**Lei Anticorrupção**”), leis antitruste, e leis de combate ao trabalho escravo.
- **Política Anticorrupção:** A Política Anticorrupção foi criada em 1º de agosto de 2015, tendo sido aprovada pelo Vice-Presidente Jurídico, Vice-Presidente Financeiro e pelo Superintendente de Auditoria e Compliance da Cosan S.A. (“**Cosan**”). A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, inclusive clientes, prestadores de serviços e fornecedores, tendo por objetivo conscientizar todos os funcionários acerca das normas constantes da Lei Anticorrupção, bem como definir as diretrizes a serem praticadas pelos colaboradores, em conformidade com a referida lei e com a FCPA (Foreign Corrupt Practices Act, UK Bribery Act).
- **Política de Relacionamento com Órgãos Públicos:** A Política de Relacionamento com Órgãos Públicos foi criada em 5 de maio de 2014, tendo sido aprovada pelo Diretor Presidente, pelo Vice-Presidente Jurídico e pelo Superintendente de Auditoria e Compliance da Cosan. A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

tem por objetivo estabelecer as diretrizes para relacionamento com órgãos públicos, de forma a evitar qualquer infração ética pelos colaboradores da Companhia.

- **Política de Doações e Patrocínios:** A Política de Doações e patrocínios foi criada em 29 de outubro de 2018 e aprovada do Conselho de Administração, aplicando-se a todos os colaboradores da Companhia a partir de então. A Política estabelece diretrizes para a realização de doações e patrocínios que envolvam a transferência de bens imóveis, móveis integrantes do patrimônio da Rumo e suas Controladas, inclusive valores monetários ou ainda serviços da Rumo, de modo a garantir que as doações e patrocínios sejam realizados com transparência, integridade e legalidade.
- **Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesses:** A Política de Transações entre Partes Relacionadas foi criada em 29 de outubro de 2018 e atualizada em 31 de julho de 2019, pelo Conselho de Administração, aplicando-se a todos os colaboradores da Companhia. A Política visa estabelecer as diretrizes para a realização de Transações entre Partes Relacionadas e para hipóteses de potenciais Conflitos de Interesses.

Não há um procedimento formal ou periodicidade pré-definida para a revisão dos procedimentos da Companhia ou do Código de Conduta e das Políticas em si. Não obstante, as Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia mantém uma estrutura corporativa de compliance aplicável às sociedades integrantes do Grupo Cosan, aprovada no dia 9 de novembro de 2017, pelos membros do Comitê de Auditoria da Cosan Limited e pelos membros do Comitê de Auditoria da Cosan, o qual é composto em sua integralidade por membros independentes, que cumprem os requisitos da Instrução CVM 509/11.

A estrutura é composta por Comitês (Comitês de Éticas, Comitê de Compliance e Comitê de Auditoria) com um sistema de *report* sequenciado, que tem como objetivo dar maior visibilidade aos Conselhos de Administração das companhias do Grupo, acerca dos relatos de alta criticidade, que versem sobre supostas infrações éticas e/ou atos de corrupção, fraudes e desvios. Nessa diretriz, foi também definido que o Comitê de Ética passa a tratar exclusivamente de relatos sobre ética, com obrigatoriedade de *report* dos relatos ao Comitê de Compliance.

- O Comitê de Ética tem como função:
 - receber e deliberar sobre incidentes referentes a questões de ética (conduta, fraudes/desvios financeiro/operacionais);
 - deliberar acerca da apuração de denúncias e a realização de investigação interna; e
 - reportar ao Comitê de Compliance a consolidação das denúncias e incidente de alta criticidade (éticos) recebidas no período.
- O Comitê de Compliance tem como atribuição:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- aprovar revisões do Código Conduta, políticas de Compliance e diretrizes do “Programa de Integridade”;
 - deliberar sobre a solução das denúncias atos de corrupção (integridade);
 - receber os reports das denúncias de alta criticidade dos Comitês de Ética, podendo recomendar medidas adicionais;
 - reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário a consolidação das denúncias (éticas ou integridade) recebidas no período; e
 - assegurar a uniformidade dos procedimentos e premissas adotadas dos Comitês de Ética.
- O Comitê de Auditoria Estatutário é o órgão de auxílio diretamente vinculado e subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, de funcionamento permanente, com a composição e as competências fixadas em regimento interno. O Comitê é responsável, principalmente:
- pelo assessoramento ao Conselho de Administração em relação aos processos de controles internos, administração de riscos e Compliance;
 - pela supervisão das atividades da auditoria interna; e
 - pela supervisão das atividades da Companhia.

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas do Grupo Cosan, quais sejam (i) áreas de Controles Internos Corporativos, (ii) Auditoria Interna Corporativa; e (iii) o Compliance Corporativo, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos (Corporativo):

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança; e
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias.

Auditoria Interna (Corporativo):

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

Compliance Corporativo:

- Aprovar as diretrizes e ações do Programa Anticorrupção do Grupo Cosan; e
- Cuidar de todas as questões relativas a problemas de Compliance relacionados ao programa anticorrupção.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Conduta da Companhia, que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, funcionários (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros da Companhia. Dessa forma, todos os colaboradores da Companhia, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

A Companhia não tem um cronograma periódico de treinamento a respeito do seu Código de Conduta, para os Diretores, Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração e colaboradores das sociedades do grupo, mas mantém equipe competente e disponível para esclarecimentos de quaisquer dúvidas e questões a ele relacionadas que venham a surgir.

Ressalta-se, ainda, que o Grupo Cosan possui um programa de anticorrupção, iniciado em setembro de 2017, que tem como objetivo estruturar o programa de compliance da Companhia, sendo que até então diversas ações têm sido implementadas para sua estruturação e consolidação, incluindo treinamentos que deverão ser realizados entre a Alta Administração e colaboradores e, disponibilização de informativos internos para sua divulgação. A maior parte dos treinamentos na Companhia foi concentrada em 2017, no lançamento do programa, focada primordialmente em públicos específicos de gestores e líderes.

O não cumprimento do Código de Conduta ou das Políticas poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo empregado. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, incluindo, dentre outras (i) advertência verbal ou escrita; (ii) suspensão de 1 ou 3 dias (a depender da gravidade); e (iii) desligamento. Cabe ao gestor da área (no mínimo com posição de reporte à Diretoria) validar a análise realizada pelo superior imediato do funcionário e a equivalência da falta realizada. Todas as comunicações referentes às medidas disciplinares devem ser encaminhadas ao Departamento de Recursos Humanos e se necessário o jurídico é acionado.

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2018 e sua atualização foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2019. O Código de Conduta é entregue aos colaboradores no momento da contratação, na integração e está disponível integralmente para consulta de todos na intranet, no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>) e no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

(b) canal de denúncia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Canal de Ética, como é denominado no Grupo Cosan, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados nas Políticas e Código de Conduta.

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por funcionários quanto por terceiros, tendo suas formas de acesso previstas no item V do Código de Conduta da Companhia, documento disponibilizado a colaboradores e terceiros. Além disso, o Canal de Ética é amplamente divulgado na intranet.

O acesso pode ser realizado por *call center* (0800 725 0039) ou por meio de site disponibilizado exclusivamente para esse fim (<http://www.canaldeetica.com.br/cosan>).

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciantes de boa-fé, o sigilo das informações e/ou denúncias. A empresa contratada para recebimento das denúncias, utiliza sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

O órgão responsável pela apuração e investigação de denúncias é o Comitê de Ética, com o suporte das áreas de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

No último exercício social, a Companhia recebeu 1015 manifestações relativas ao Código de Conduta, no canal de denúncias.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias a Companhia sempre atua de forma a resguardar seus melhores interesses, sendo que os procedimentos de *due diligence* são o principal mecanismo utilizado para identificar potenciais vulnerabilidades e riscos.

Através deste mecanismo a Companhia tem uma visão global ou pontual, a depender do seu escopo, especialmente sob os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, trabalhistas, dentre outros, razão pela qual é um mecanismo de prevenção essencial nos processos de cisões, fusões e incorporações e também para segurança em investimentos.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas voltados para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 – Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos por ela adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*.

a. Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração da Companhia entende que as necessidades de caixa da Companhia consistem em capital de giro, pagamento do endividamento e despesas de capital relacionadas aos investimentos em suas operações. As fontes de liquidez da Companhia advêm do fluxo de caixa das suas operações e empréstimos de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o fluxo de caixa da Companhia utilizado nas atividades de investimentos foi oriundo principalmente dos empréstimos e capitalizações (equity).

A tabela abaixo apresenta um resumo da situação patrimonial e financeira da Companhia (incluindo liquidez) para os exercícios indicados:

Exercício social encerrado em findo em 31 de dezembro de			
Consolidado (em R\$ milhões)	2020	2019	2018
Receita operacional líquida	3.781,9	4.135,5	3.846,1
Lucro bruto	1.482,0	1.723,1	1.619,3
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	701,7	1.084,6	752,0
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.952,5	2.016,1	1.410,7
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	2.638,3	1.731,4	2.052,1
Endividamento ⁽²⁾	11.106,0	8.274,4	8.541,6
Dívida líquida ⁽³⁾	4.911,3	5.014,8	5.597,4
Patrimônio líquido	3.802,9	3.779,6	3.514,6
Rentabilidade			
Lucro (prejuízo) líquido / Patrimônio líquido	18,5%	28,7%	21,4%
Liquidez corrente ⁽⁴⁾	2,07	3,61	2,73

⁽¹⁾ Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 86,7 milhões em dezembro de 2019 e R\$ 31,3 milhões em dezembro de 2018 .

⁽²⁾ Endividamento é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes e arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.

⁽³⁾ Dívida líquida é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros (circulantes e não circulantes) e instrumentos financeiros derivativos (passivo circulantes e não circulantes), líquidos de instrumentos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

financeiros derivativos (ativo circulantes e não circulantes), menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.

(⁴) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.781,9 milhões, redução de 8,55% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O volume total transportado, de 45,9 bilhões de TKU, foi 7% superior a 2019. Apesar do aumento do volume a receita líquida de transporte foi impactada pela queda das tarifas em 10,6% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. Destacamos o aumento do volume de açúcar (+87,1%), fertilizantes (+36,4%) e celulose (+23,7%). O volume de grãos permaneceu estável, em razão do cenário de mais competição e, especialmente no milho, pelo produtor segurado as exportações. A operação de elevação portuária apresentou aumento, como consequência do cenário favorável para exportação de açúcar. O lucro operacional foi de R\$ 1.482,0 milhões, representando uma queda de 13,99% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A dívida líquida somou R\$ 4.911,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que comparado ao valor de R\$ 5.014,8 milhões em 2019, representando uma redução de 2,1%, se mantendo praticamente igual entre os exercícios, os saldos de caixa, advindo de recursos de financiamento e geração de caixa da operação juntamente com a proteção de hedge cambial compensaram o aumento da dívida no exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida atingiu R\$ 4.135,5 milhões, crescimento de 7,52% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O volume total transportado, de 42,8 bilhões de TKU, foi 9% superior a 2018. O transporte de soja cresceu apenas 2,2% no ano devido a restrições operacionais no primeiro trimestre, em função das fortes chuvas no estado de São Paulo, e ao mercado desfavorável para exportação no segundo trimestre. O milho cresceu 8,7% como reflexo da boa performance de julho a novembro, já que em dezembro a baixa disponibilidade do grão fez as exportações caírem. O expressivo volume de fertilizantes contribuiu para o crescimento de 9,4% nos volumes agrícolas transportados no ano. O volume de produtos industriais cresceu 5,5%, principalmente em função do transporte de celulose. A operação de elevação portuária apresentou queda, como consequência do cenário desfavorável para exportação de açúcar. O lucro operacional foi de R\$ 1.723,1 milhões, representando um crescimento de 6,41% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A dívida líquida somou R\$ 5.014,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que comparado ao valor de R\$ 5.597,4 milhões em 2018, representando uma redução de 10,4%, em virtude da redução do endividamento, compensado parcialmente pelo maior saldo de caixa, advindo de recursos de financiamento e geração de caixa da operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.846,1 milhões, crescimento de 14,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O volume total transportado, de 36,1 bilhões de TKU, foi 13,4% superior a 2017. O aumento da capacidade de transporte gerou ganhos de produtividade e aliado ao excelente desempenho da safra de grãos permitiu que a Rumo atingisse recordes operacionais durante o ano. O lucro operacional foi de R\$ 1.619,3 milhões, representando um crescimento de 15,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A dívida líquida somou R\$ 5.597,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que comparado ao valor de R\$ 5.943,9 milhões em 2017, representando uma redução de 5,8%, em virtude da redução do endividamento,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

compensado parcialmente pelo maior saldo de caixa, advindo de recursos de financiamento e geração de caixa da operação.

b. Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a economia global foi impactada pela pandemia do COVID-19, uma doença infecciosa causada pelo coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente que o surto de COVID-19 evoluiu para uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os Estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam a retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

Cerca de 85% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. O movimento para reforçar o caixa teve início em março de 2020, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 899,0 milhões. A Companhia também aderiu à suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamento (standstill) junto ao BNDES. Os covenants financeiros são medidos anualmente na data-base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é evidenciado pela tabela a seguir:

<i>(em milhões de R\$, exceto %)</i>	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	3.802,9	3.779,6	3.514,6

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos, financiamentos e debêntures e debêntures e certificado de recebíveis imobiliários – CRI, arrendamentos mercantis financeiros e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes (passivo circulante e não circulante)	11.106,0	8.274,4	8.541,6
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	2.638,3	1.731,4	2.052,1
Instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante e não circulante)	3.556,4	1.528,2	892,1
Dívida líquida ⁽²⁾	4.911,3	5.014,8	5.597,4
Dívida líquida/PL ⁽³⁾	129,1%	132,7%	159,3%

(1) Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 86,7 milhões em dezembro de 2019 e R\$ 31,3 milhões em dezembro de 2018.
(2) A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.
(3) Composto pela divisão da dívida líquida pelo valor do patrimônio líquido total do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 3.802,9, aumento de 0,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, decorrente do resultado apurado no exercício de 2019, líquido das distribuições de dividendos já declarados (25% mínimos obrigatórios). Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 3.779,6, aumento de 7,5% em relação a 31 de dezembro de 2018, decorrente do resultado apurado no exercício de 2019, líquido das distribuições de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio Líquido era de R\$ 3.514,6 milhões, aumento de 8,9% em relação a 31 de dezembro de 2017, decorrente do resultado apurado no exercício de 2018, líquido das distribuições de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentava um endividamento no valor de R\$ 11.106,0 milhões, um aumento de R\$ 2.831,6 milhões em relação ao exercício anterior, esse aumento pode ser explicado principalmente pela depreciação do real diante do dólar ao longo do período, devido a uma série de fatores locais e globais sendo a principal a pandemia COVID-19; impactando principalmente as dívidas da Companhia com exposição em dólar (sendo as principais NCE's (*Senior Notes*) com vencimento em 2024 e 2025). Apesar desse impacto na variação cambial das dívidas mencionadas, a Companhia não tem grandes impactos na dívida líquida e no resultado devido aos contratos de hedge de proteção à exposição cambial. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentava um endividamento no valor de R\$ 8.274,4 milhões, uma redução de R\$ 267,2 milhões em relação ao exercício anterior, o endividamento da companhia manteve o mesmo patamar do exercício anterior, devido a boa gestão de caixa, não houve necessidade de grandes captações ao longo do ano, utilizando recursos gerados pela operação para pagar as dívidas adquiridas ao longo dos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentava um endividamento no valor de R\$ 8.541,7 milhões, um aumento de R\$ 651,9 milhões em relação ao exercício anterior, evolução decorrente da captação de novos recursos via BNDES (R\$ 2.028,8 milhões), líquido das liquidações no exercício (destaque para a liquidação antecipada de debêntures na ordem de R\$ 1.580,0 milhão) e a apropriação de encargos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

c. Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamentos em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a administração entende que a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos no curto prazo, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia, e o grupo ao qual pertence, tem capacidade para contratá-los, como por exemplo o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida e do capital circulante líquido da Companhia, nas datas indicadas:

(em R\$ milhões)		Endividamento Vencimento (31/12/2020) (1)	Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários (31/12/2020) (4)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)	Dívida Líquida	31/12/2020 0	31/12/2019 9	31/12/2018 8
Curto Prazo (até 1 ano)	-1.219,5	2.638,3	338,0	1.756,8	1.150,9	1.457,0		
Longo Prazo	-9.886,5	-	3.218,4	-6.668,1	-6.165,7	-7.054,4		
Dívida Líquida ⁽²⁾				-4.911,3	-5.014,8	-5.597,4		
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos				1.114,5	1.815,5	789,8		
Passivo circulante, exceto endividamento e derivativos				-752,6	-378,9	-433,3		
Capital de Giro Líquido Ajustado ⁽³⁾				361,9	1.436,6	356,5		

⁽¹⁾ Endividamento é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes e arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.

⁽²⁾ A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

⁽³⁾ O capital de giro líquido ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o capital de giro líquido ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do capital de giro líquido ajustado é útil para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para nortear certas decisões administrativas.

⁽⁴⁾ Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 86,7 milhões e 31 de dezembro de 2019 e R\$ 31,3 milhões em dezembro de 2018.

A Companhia apresentava capital circulante líquido positivo (“**Capital de Giro Líquido Ajustado**”) em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente, nos montantes de R\$ 361,9 milhões, R\$ 1.436,6 milhões e R\$ 356,5 milhões, decorrente do curto prazo de faturamento de clientes (7 a 15 dias) e prazo de pagamento de fornecedores mais longo (acima de 45 dias).

A administração da Companhia acredita que as obrigações de curto prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de R\$ 1.952,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 (comparado a R\$ 2.016,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019).

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Em 30 de dezembro de 2020, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 4.911,3 milhões, representando uma redução de 2,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 5.014,8 milhões, uma redução de 10,4% em relação a 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 5.597,4 milhões, uma redução de 4,51% em relação à posição apresentada em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$ 5.862,0 milhões, praticamente se manteve estável, pois o saldo de caixa e equivalentes de caixa juntamente com hedges de proteção cambial minimizaram os impactos do endividamento no exercício de 2020.

Para maiores informações acerca dos contratos financeiros e do endividamento da Companhia, vide item 10.1(f) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, como, por exemplo, o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas em 2020, 2019 e 2018, que podem ser utilizadas para financiamento do capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. A Companhia também pode recorrer ao autofinanciamento, por meio da retenção de lucros e/ou aumentos de capital.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um endividamento (empréstimos e financiamentos e debêntures e certificado de recebíveis imobiliários – CRI, arrendamentos mercantis financeiros e instrumentos derivativos passivos) de R\$ 11.106,0 milhões, dos quais R\$ 1.219,5 milhões, ou 10,98%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento da Companhia aumentou R\$ 11.106,0 milhões, ou 34,22%, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, principalmente devido a captação de novas dívidas ao longo de 2020 combinado com depreciação do real diante do dólar, aumentando assim a dívida com exposição em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um endividamento (empréstimos e financiamentos e debêntures e certificado de recebíveis imobiliários – CRI, arrendamentos mercantis financeiros e instrumentos derivativos passivos) de R\$ 8.274,4 milhões, dos quais R\$ 580,5 milhões eram representados por dívida de curto prazo, o endividamento entre 2019 e 2018 ficaram basicamente nos mesmos patamares, sem variação material entre os exercícios comparados.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Contratos	Taxa de juros	31/12/2020	31/12/2019	Vencimento
Empréstimos e financiamentos				
Finame (BNDES)	Pré-fixado	43.416	62.025	jan/24
Finem (BNDES)	Pré-fixado	1.394.543	1.004.197	dez/29
NCE	CDI + 0,80%	505.061	512.078	dez/23
	CDI + 3,15%	468.516	-	mar/21
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	4.535.874	3.339.444	fev/24
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.096.109	2.209.284	jan/25
		10.043.519	7.127.028	
Debêntures				
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% ^(iv)	595.847	570.098	fev/26
Debêntures privadas	CDI + 1,30% a.a.	50.504	148.321	nov/21
		646.351	718.419	
Total		10.689.870	7.845.447	
Circulante		986.875	483.878	
Não circulante		9.702.995	7.361.569	
		10.689.870	7.845.447	

Apresentamos a seguir descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas Companhia destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Rumo S.A, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- FINEM – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

NCE

A controlada Rumo Malha Norte emitiu, em 24 de janeiro de 2018, NCE no valor de R\$500,0 milhões em favor do Bradesco, com vencimento em 26 de dezembro de 2023. A nota conta com o aval da Companhia e prevê, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado:

- declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias relacionadas a operações financeiras e/ou a operações no mercado de capitais local ou internacional, da Rumo Malha Norte ou da Companhia com valor individual ou agregado superior a R\$ 50,0 milhões;
- alienação, fusão, cisão ou qualquer outro processo de reorganização societária, ou, ainda, alteração do controle acionário efetivo da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia, a não ser que previamente informado ao Bradesco e que não afete a capacidade de liquidez da referida nota, excetuadas as operações societárias realizadas dentro do Grupo Cosan e/ou caso os recursos obtidos com a alienação sejam mantidos dentro de tal grupo econômico;
- manutenção do índice da Dívida Líquida / EBITDA em, no máximo, 4,0x em 2018; 3,6x em 2019; 3,3x em 2020; e 3,0x a partir de 2021;
- constituição, pela Companhia e/ou por suas controladas, de qualquer dívida que possua preferência em relação à NCE, exceto (i) se previamente autorizado pelo Bradesco; (ii) para endividamentos com garantias de qualquer modalidade onde tais garantias sejam compartilhadas com o Bradesco; (iii) para eventuais contratos de financiamento celebrados com o BNDES e/ou qualquer outra agência de fomento; (iv) para contratos financeiros celebrados com instituições financeiras no âmbito de operações de repasse de recursos do BNDES; (v) contratos de prestação de fiança ou outra modalidade de garantia que vise garantir e/ou afiançar contratos firmados, nos termos dos itens (iii) e (iv) acima; e/ou (vi) em financiamentos para aquisição de ativos, nos quais os próprios ativos adquiridos sejam objeto da garantia outorgada; e
- venda ou transferência de ativos relevantes da Rumo Malha Norte, desde que afete de forma adversa a capacidade de pagamento da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia, de suas obrigações relativas à NCE, e que comprovadamente ocasione risco ao cumprimento das obrigações nela assumidas, excetuados os casos em que os recursos obtidos com a venda forem mantidos dentro do grupo econômico da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia ou, ainda, na hipótese da transferência dos ativos ocorrer para empresas do mesmo grupo econômico da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, a Rumo Malha Norte emitiu, em 27 de março de 2020, NCE no valor de R\$ 450,0 milhões em favor do Bradesco, com vencimento em 26 de março de 2021. A nota conta com o aval da Companhia e prevê, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado:

- declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias relacionadas a operações financeiras e/ou a operações no mercado de capitais local ou internacional, da Rumo Malha Norte ou da Companhia com valor individual ou agregado superior a R\$ 50,0 milhões;
- alienação, fusão, cisão ou qualquer outro processo de reorganização societária, ou, ainda, alteração do controle acionário efetivo da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia, a não ser que previamente informado ao Bradesco e que não afete a capacidade de liquidez da referida nota, excetuadas as operações societárias realizadas dentro do grupo Cosan Ltd. e/ou caso os recursos obtidos com a alienação sejam mantidos dentro de tal grupo econômico;
- manutenção da Dívida Líquida / EBITDA para fins de covenants em, no máximo, 3,3x em 2020;
- constituição, pela Companhia e/ou por suas controladas, de qualquer dívida que possua preferência em relação à NCE, exceto (i) se previamente autorizado pelo Bradesco; (ii) para endividamentos com garantias de qualquer modalidade onde tais garantias sejam compartilhadas com o Bradesco; (iii) para eventuais contratos de financiamento celebrados com o BNDES e/ou qualquer outra agência de fomento; (iv) para contratos financeiros celebrados com instituições financeiras no âmbito de operações de repasse de recursos do BNDES; (v) contratos de prestação de fiança ou outra modalidade de garantia que vise garantir e/ou afiançar contratos firmados, nos termos dos itens (iii) e (iv) acima; e/ou (vi) em financiamentos para aquisição de ativos, nos quais os próprios ativos adquiridos sejam objeto da garantia outorgada; e
- venda ou transferência de ativos relevantes da Rumo Malha Norte, desde que afete de forma adversa a capacidade de pagamento da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia, de suas obrigações relativas à NCE, e que comprovadamente ocasione risco ao cumprimento das obrigações nela assumidas, excetuados os casos em que os recursos obtidos com a venda forem mantidos dentro do grupo econômico da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia ou, ainda, na hipótese da transferência dos ativos ocorrer para empresas do mesmo grupo econômico da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia.

Debêntures

Em 5 de dezembro de 2017, a companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em Série Única, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos milhões) com vencimento em 5 de dezembro de 2025. As debêntures contam com garantia fidejussórias prestadas pela sua controladora Rumo S.A. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 501,1 milhões, considerando o valor principal mais juros apropriados até a data.

Em 22 de fevereiro de 2019, a Companhia exerceu o direito de resgate antecipado facultativo do instrumento particular de escrita da 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante de principal de R\$

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

500.000 e, simultaneamente, emitiu, no mesmo montante, a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia, nos termos da instrução da comissão de valores mobiliários nº 476.

Além disso, as escrituras das debêntures acima descritas preveem determinadas hipóteses de vencimento antecipado, que incluem, por exemplo:

- (a) Transferência do controle acionário, direto ou indireto, da emissora e/ou da garantidora, sem que tenham sido constituídas garantias adicionais as debêntures de forma satisfatória aos debenturistas;
- (b) Cisão, fusão ou incorporação da emissora e/ou da garantidora ou qualquer subsidiária ou qualquer foram de reorganização societária envolvendo emissora e/ou garantidora sem a prévia autorização dos debenturistas;
- (c) venda ou transferência de ativos relevantes da emissora e/ou da garantidora;
- (d) constituição de qualquer nova dívida que tenha preferência às debêntures em eventual concurso de credores, exceto se as garantias forem compartilhadas com os debenturistas ou se tratar de eventual contrato de financiamento com o BNDES ou outra agência de fomento;
- (e) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira, de valor igual ou superior a R\$ 50 milhões;
- (f) descumprimento de sentença judicial transitada em julgado, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$ 50 milhões;
- (g) falta de pagamento, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$ 50 milhões, não sanado em até 15 dias contados da respectiva data de vencimento; e
- (h) não cumprimento da legislação socioambiental, incluindo, mas não se limitando a legislação pertinente à Política Nacional do meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como da legislação trabalhista, sem adotar as medidas e ações preventiva ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 346,6 milhões (R\$ 1.887,0 milhões em 31 de dezembro de 2019). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, penhor de direitos creditórios, penhor de receitas, penhor de ações de emissão de subsidiárias da Companhia, entre outros.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em relação aos limites de endividamento, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros – limitando indiretamente o nível de endividamento. Os indicadores financeiros consistem na razão entre: (i) dívida líquida (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis financeiros, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O ratio pactuado é de até 4,0x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021.

Em relação à distribuição de dividendos, não há uma ressalva se a Companhia e suas controladas estiverem adimplentes com as obrigações previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Existem contratos que preveem restrições para a distribuição de dividendos se a Companhia estiver em mora ou estiver com Covenants de Dívida Financeira Líquida / EBITDA >3,0x, sendo que, neste caso, veda-se a distribuição de dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sem a aprovação prévia do credor – exceto a distribuição mínima obrigatória prevista na Lei das Sociedades por Ações.

Com relação à alienação de ativos, a Companhia detém alguns contratos que vedam a alienação se não for objeto de aprovação prévia pelo credor.

Em se tratando da alienação do controle societário, a Companhia possui diversos contratos que vedam alteração do controle societário, porém trazem a ressalva de alteração do controle societário efetivo. Isto é, se a Cosan Logística S.A. permanecer como controladora direta ou indireta da Companhia o evento não será considerado hipótese de vencimento antecipado. Por outro lado, se o controle societário for transferido a terceiros fora do grupo, será caracterizado como Evento de Inadimplemento e o credor poderá vencer o contrato antecipadamente.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no parágrafo acima, nos termos repactuados. A Companhia registrou os seguintes índices financeiros apurados com base em suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020:

- Dívida Líquida/EBITDA de 1,96x; e
- EBITDA/Resultado Financeiro de 4,78x.

Tendo em vista que a metodologia para apuração dos componentes dos índices financeiros é

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

estipulada de modo específico em cada contrato de empréstimo e financiamento, não necessariamente esses valores correspondem aos valores de EBITDA e dívida bancária líquida apresentados nos demais itens do Formulário de Referência ou aos índices contratuais estipulados.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tinha disponível linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES não utilizadas, no montante de R\$ 346,6 milhões (R\$ 1.887,0 milhões em 2019). A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH 2020 x 2019	AH 2019 x 2018
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	2.232.565	13,90%	920.972	7,21%	75.996	0,60%	142,41%	1111,87%
Títulos e valores mobiliários	405.734	2,53%	723.657	5,66%	1.944.763	15,38%	-43,93%	-62,79%
Contas a receber de clientes	364.302	2,27%	234.485	1,83%	253.090	2,00%	55,36%	-7,35%
Instrumentos financeiros derivativos	337.980	2,10%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Estoques	17.785	0,11%	17.009	0,13%	21.011	0,17%	4,56%	-19,05%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	42.622	0,27%	102.473	0,80%	30.060	0,24%	-58,41%	240,89%
Outros tributos a recuperar	170.053	1,06%	180.352	1,41%	108.533	0,86%	-5,71%	66,17%
Adiantamento a fornecedores	502.821	3,13%	502.423	3,93%	359.312	2,84%	0,08%	39,83%
Debêntures privadas	-	0,00%	767.296	6,00%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Outros ativos	16.922	0,11%	11.361	0,09%	17.805	0,14%	48,95%	-36,19%
Ativo circulante	4.090.784	25,47%	3.460.028	27,08%	2.810.570	22,22%	18,23%	23,11%
Contas a receber de clientes	35	0,00%	35	0,00%	35	0,00%	0,00%	0,00%
Caixa restrito	2.164	0,01%	86.681	0,68%	33.349	0,26%	-97,50%	159,92%
Recebíveis de partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	649.639	5,14%	0,00%	-100,00%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14.193	0,09%	140.506	1,10%	223.821	1,77%	-89,90%	-37,22%
Outros tributos a recuperar	32.692	0,20%	14.202	0,11%	105.104	0,83%	130,19%	-86,49%
Depósitos judiciais	37.401	0,23%	33.713	0,26%	28.180	0,22%	10,94%	19,63%
Instrumentos financeiros derivativos	3.218.358	20,04%	1.528.181	11,96%	892.139	7,05%	110,60%	71,29%
Debêntures privadas	792.535	4,93%	-	0,00%	714.756	5,65%	0,00%	-100,00%
Adiantamento a fornecedores	2.112.778	13,15%	2.110.024	16,51%	2.333.095	18,45%	0,13%	-9,56%
Outros ativos	8.626	0,05%	545	0,00%	753	0,01%	1482,75%	-27,62%
Investimentos em controladas e coligadas	91.623	0,57%	92.529	0,72%	85.508	0,68%	-0,98%	8,21%
Direito de uso	820.951	5,11%	803.230	6,29%	-	0,00%	2,21%	0,00%
Imobilizado	4.835.410	30,11%	4.506.850	35,27%	4.768.182	37,70%	7,29%	-5,48%
Intangíveis	3.918	0,02%	2.180	0,02%	2.478	0,02%	79,72%	-12,03%
Ativo não circulante	11.970.684	74,53%	9.318.676	72,92%	9.837.039	77,78%	28,46%	-5,27%
Total do ativo	16.061.468	100,00%	12.778.704	100,00%	12.647.609	100,00%	25,69%	1,04%

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Houve um aumento significativo em caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 2.232,6 milhões e R\$ 921,0 milhões, respectivamente. Esse aumento é reflexo do movimento para reforçar o caixa em março de 2020 início da pandemia Covid, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 899,0 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Títulos e valores mobiliários

Redução de 43,93% em títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 405,7 milhões e R\$ 723,6 milhões, respectivamente. A redução decorre do aumento de recursos em caixa com liquidez de curto prazo facilitando os investimentos necessários na operação. Conforme a política de liquidez da Companhia, optou-se por deixar os recursos disponíveis em CDBs ao invés de sua aplicação direta em títulos e valores mobiliários, em linha com a movimentação de caixa e equivalente de caixa.

Instrumentos financeiros derivativos

Reclassificação entre o curto e longo prazo em 2020 de R\$ 338,0 milhões.

Debêntures privadas

Refere-se a reclassificação de curto para longo prazo em 2020 devido a alteração de prazo contratual, essa operação ocorreu em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada emitidas por sua controladora, e dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 792,5 milhões.

Ativo não circulante

Caixa restrito

A redução de ou 76,63%, no saldo de caixa restrito registrado em 30 de dezembro de 2020 decorre da liberação de depósitos em garantia de fianças e de aplicações vinculadas a empréstimos que foram objeto de liquidação antecipada ou repactuação dos empréstimos.

Instrumentos financeiros derivativos

Além da reclassificação entre o curto e longo prazo em 2020 de R\$ 338,0 milhões, a captação de empréstimos na modalidade NCE, em moeda estrangeira (dólar), fez com que a Companhia contratasse instrumentos derivativos (Swap) de proteção contra o risco cambial. Em 31 de dezembro de 2020 esses instrumentos apresentavam um valor justo de R\$ 3.218,4 milhões em favor da Companhia. Os instrumentos fazem parte de estrutura de hedge, sendo a variação do valor justo registrada no resultado para anular o efeito de variação cambial gerada pelo saldo de empréstimo protegido.

Debêntures privadas

Aumento refere-se a reclassificação de curto para longo prazo em 2020 devido a alteração de prazo contratual, essa operação ocorreu em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada emitidas por sua controladora, e dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 792,5 milhões.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Houve um aumento significativo em caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$ 921,0 milhões e R\$ 76,0 milhões, respectivamente. Esse aumento é reflexo da política de tesouraria na gestão de caixa da empresa durante 2019, devido ao volume de investimentos ao longo do ano optou-se por uma maior liquidez nos recursos da companhia. Basicamente é composto por certificados de depósitos bancários ("CDB") no valor de R\$ 920,6 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Títulos e valores mobiliários

Redução de 62,8% em títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$ 723,7 milhões e R\$ 1.944,8 milhões, respectivamente. A redução decorre do aumento de recursos em caixa com liquidez de curto prazo facilitando os investimentos necessários na operação. Conforme a política de liquidez da Companhia, optou-se por deixar os recursos disponíveis em CDBs ao invés de sua aplicação direta em títulos e valores mobiliários, em linha com a movimentação de caixa e equivalente de caixa.

Contas a receber de clientes

Houve uma redução de 7,4% em contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018. Essa pequena variação decorre naturalmente pelo ciclo de pagamento dos clientes. O restante decorre de antecipação de recebimentos pelo fato de os dois últimos dias de dezembro de 2019 terem sido dias úteis.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Houve um aumento de 240,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 102,5 milhões, em relação ao saldo de R\$ 30,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido à transferência para o não-circulante.

Outros tributos a recuperar

Apresentam saldo de R\$ 180,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, frente a R\$ 108,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação do saldo reflete o registro de créditos tributários sobre compra de insumos e diesel utilizado no transporte.

Adiantamento de fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R\$ 502,4 milhões frente a R\$ 359,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta variação de 39,8% se refere à alocação de parte do saldo de partilha de fretes ao não circulante, de acordo com a expectativa de compensação existente em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures privadas

Refere-se a reclassificação de longo para curto prazo em 2019, essa operação ocorreu em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada emitidas por sua controladora, e dezembro de 2019 esse montante é de R\$ 767,3 milhões.

Ativo não circulante

Caixa restrito

Esse aumento registrado em 2019 decorre de depósitos em garantia de fianças e de aplicações vinculadas a empréstimos, bem como do aumento das garantias requeridas pelos contratos celebrados com o BNDES em 2019.

Recebíveis de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, foi liquidada a operação no valor de R\$ 649,6 milhões, decorrente de pagamento do mútuo, existente com a Rumo Malha Sul, que ocorre a cada 370 (trezentos e setenta) dias.

Instrumentos financeiros derivativos

A captação de empréstimos na modalidade NCE, em moeda estrangeira (dólar), fez com que a Companhia contratasse instrumentos derivativos (Swap) de proteção contra o risco cambial. Em 31 de dezembro de 2019 esses instrumentos apresentavam um valor justo de R\$ 1.528,2 milhões em favor da Companhia. Os instrumentos fazem parte de estrutura de hedge, sendo a variação do valor justo registrada no resultado para anular o efeito de variação cambial gerada pelo saldo de empréstimo protegido.

Debêntures privadas

Debêntures privadas foram reclassificadas para o ativo de curto conforme explicado acima.

Adiantamento de fornecedores

O saldo de R\$ 2.110,0 milhões registrado nessa rubrica em 31 de dezembro de 2019 se refere à parcela do saldo de partilha de fretes alocada ao não circulante, de acordo com a expectativa de compensação existente na data do balanço.

Direito de Uso

O saldo de R\$ 803,2 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019, se refere ao reconhecimento da nova norma contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, o qual foi implementado em 1 de janeiro de 2019, como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de R\$ 76,0 milhões de caixa e equivalentes de caixa sofreu uma redução de 50,5% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação a R\$ 153,4 milhões em 2017. Tal redução se deve ao efeito líquido da geração de caixa operacional e os saldos das atividades de investimentos e financiamentos.

Títulos e valores mobiliários

O saldo de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.944,8 milhões, um aumento de 22,3% em relação ao saldo de R\$ 1.590,2 milhões de 2017. A variação reflete as aplicações da sobra de caixa gerada pelo resultado da operação e pelos recursos captados via NCEs e BNDES.

Contas a receber de clientes

O saldo de clientes teve um aumento de 26,0%, de R\$ 200,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 253,1 milhões em 2018, esse aumento se dá pela receita, devido ao maior volume transportado em 2018 quando comparado a 2017 combinado com a postergação de recebimentos devido aos feriados no final de ano, efeito que foi maior em 2018.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Houve um aumento de 407,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 30,1 milhões, em relação ao saldo de R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido à transferência para o não-circulante.

Outros tributos a recuperar

Apresentam saldo de R\$ 108,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, frente a R\$ 101,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação do saldo reflete o registro de créditos tributários sobre compra de insumos e diesel utilizado no transporte.

Adiantamento de fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo era de R\$ 359,3 milhões frente a R\$ 315,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta variação de 13,8% se refere à alocação de parte do saldo de partilha de fretes ao não circulante, de acordo com a expectativa de compensação existente em 31 de dezembro de 2018.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Totalizaram R\$ 223,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 192,7 milhões em 2017, refletindo a realocada do circulante para o não circulante.

Recebíveis de partes relacionadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de partes relacionadas é de R\$ 649,6 milhões, uma redução de 43,9% devido ao pagamento do mútuo ocorrido a cada 370 dias.

Depósitos judiciais

Totalizaram R\$ 28,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 22,9 milhões em 2017, variação de 22,9%, efeito de novos depósitos realizados por conta de processos trabalhistas e tributárias.

Instrumentos financeiros derivativos

A captação de empréstimos na modalidade NCE, em moeda estrangeira (dólar), fez com que a Companhia contratasse instrumentos derivativos (Swap) de proteção contra o risco cambial. Em 31 de dezembro de 2018 esses instrumentos apresentavam um valor justo de R\$ 892,1 milhões em favor da Companhia. Os instrumentos fazem parte de estrutura de hedge, sendo a variação do valor justo registrada no resultado para anular o efeito de variação cambial gerada pelo saldo de empréstimo protegido.

Debêntures privadas

Debêntures privadas totalizaram R\$ 714,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 663,1 milhões em 2017). A variação de 7,80% reflete o efeito da atualização financeira das debêntures não conversíveis emitidas por sua controladora em 2015.

Adiantamento de fornecedores

O saldo de R\$ 2.333,1 milhões registrado nessa rubrica em 31 de dezembro de 2018 se refere à parcela do saldo de partilha de fretes alocada ao não circulante, de acordo com a expectativa de compensação existente na data do balanço.

Imobilizado

O aumento de 2,38% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 se comparado a 31 de dezembro de 2017, decorre de R\$ 579,6 milhões de adições, deduzidas de depreciação de R\$ 460,7 milhões e baixas líquidas de R\$ 7,0 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH 2019 x 2018	AH 2019 x 2018
PASSIVO								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	986.875	6,14%	483.878	3,79%	494.125	3,91%	103,95%	-2,07%
Passivos de arrendamento	270.575	1,68%	134.825	1,06%	101.047	0,80%	100,69%	33,43%
Fornecedores	418.174	2,60%	190.697	1,49%	309.859	2,45%	119,29%	-38,46%
Ordenados e salários a pagar	40.043	0,25%	58.704	0,46%	27.405	0,22%	-31,79%	114,21%
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.189	0,02%	624	0,00%	375	0,00%	411,06%	66,40%
Outros tributos a pagar	8.019	0,05%	4.937	0,04%	5.372	0,04%	62,43%	-8,10%
Dividendos a pagar	168.140	1,05%	1.169	0,01%	1.169	0,01%	14283,23%	0,00%
Adiantamento de clientes	5.447	0,03%	32.738	0,26%	14.616	0,12%	-83,36%	123,99%
Receitas diferidas	1.642	0,01%	2.902	0,02%	2.902	0,02%	-43,42%	0,00%
Outros passivos financeiros	64.237	0,40%	48.583	0,38%	28.638	0,23%	32,22%	69,65%
Outras contas a pagar	6.000	0,04%	415	0,00%	42.855	0,34%	1345,78%	-99,03%
Passivo circulante	1.972.341	12,28%	959.472	7,51%	1.028.363	8,13%	105,57%	-6,70%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.702.995	60,41%	7.361.569	57,61%	7.514.653	59,42%	31,81%	-2,04%
Passivos de arrendamento	359.059	2,24%	477.158	3,73%	431.810	3,41%	-24,75%	10,50%
Outros tributos a pagar	1.301	0,01%	1.301	0,01%	1.606	0,01%	0,00%	-18,99%
Provisão para demandas judiciais	25.181	0,16%	26.561	0,21%	30.485	0,24%	-5,20%	-12,87%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	175.250	1,09%	142.795	1,12%	86.003	0,68%	22,73%	66,03%
Receitas diferidas	8.024	0,05%	8.424	0,07%	10.083	0,08%	-4,75%	-16,45%
Outras contas a pagar	14.370	0,09%	21.814	0,17%	30.032	0,24%	-34,12%	-27,36%
Passivo não circulante	10.286.180	64,04%	8.039.622	62,91%	8.104.672	64,08%	27,94%	-0,80%
Total do passivo	12.258.521	76,32%	8.999.094	70,42%	9.133.035	72,21%	36,22%	-1,47%
Patrimônio líquido								
Capital Social	2.461.503	15,33%	2.461.503	19,26%	2.461.503	19,46%	0,00%	0,00%
Reserva de capital	22.725	0,14%	22.725	0,18%	22.725	0,18%	0,00%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	2.494	0,02%	2.446	0,02%	2.882	0,02%	1,96%	-15,13%
Reserva de lucros	1.316.225	8,19%	1.292.936	10,12%	1.027.464	8,12%	1,80%	25,84%
Total do patrimônio líquido	3.802.947	23,68%	3.779.610	29,58%	3.514.574	27,79%	0,62%	7,54%
Total do passivo e patrimônio líquido	16.061.468	100,00%	12.778.704	100,00%	12.647.609	100,00%	25,69%	1,04%

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Passivo circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Houve um aumento significativo em empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 986,9 milhões e R\$ 483,9 milhões, respectivamente. Esse aumento é reflexo das captações para reforçar o caixa devido a pandemia Covid, esse aumento no curto prazo refere-se a emissão da NCE de R\$ 450,0 milhões em favor do banco Bradesco com vencimento em março de 2021.

Passivos de arrendamentos

Totalizou R\$ 270,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 134,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Basicamente pode ser explicado pelo reconhecimento da opção de compra do terreno e barracões de Rondonópolis (RB Capital) para 2021, complemento de R\$ 87,8 milhões; combinado com reajustes contratuais de R\$ 13,3 milhões dos contratos atuais.

Fornecedores

O saldo aumentou em 119,29% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 partindo de um saldo de R\$ 190,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e atingindo R\$ 418,2 milhões em 2020, decorre principalmente com fornecedores de materiais e serviços (basicamente a natureza desses valores são de curto prazo, pagas dentro de 45 dias do reconhecimento); combinado com compras de ativos imobilizados com pagamentos a prazo, impactando a linha de fornecedores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos a pagar

Refere-se aos dividendos declarados mínimos obrigatórios de 25% sobre o Lucro Líquido Ajustado do exercício de 2020.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Houve um aumento em empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$9.703,0 milhões e R\$7.361,6 milhões, respectivamente. Esse aumento é reflexo das novas captações ao longo do exercício de 2020 para reforço de caixa devido a pandemia COVID (captação através de NCE, BNDES etc.), combinado com depreciação do real diante do dólar, aumentando assim a dívida com exposição ao câmbio, basicamente NCE's com vencimento em 2024 e 2025 (*Senior Notes*).

Arrendamento mercantil

Basicamente pode ser explicado pelas apropriações de juros e variação cambial de R\$ 96,4 milhões dos contratos atuais no exercício de 2020.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 0,62% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando registrou saldo de R\$ 3.802,9 milhões (R\$ 3.779,6 milhões em 2019), o aumento decorre, principalmente do resultado (lucro) do exercício de 2020; compensado pelo pagamento de dividendos de exercícios anteriores no montante de R\$ 511,8 milhões; e reclassificação para o passivo de dividendos a pagar (declarados mínimos obrigatórios de 25%) sobre o lucro do exercício de 2020 de R\$ 166,7 milhões.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

Passivos de arrendamentos

Totalizou R\$ 134,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 101,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento se refere ao reconhecimento da nova norma contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16 – arrendamentos, como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Fornecedores

O saldo reduziu em 38,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 partindo de um saldo de R\$ 309,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 e atingindo R\$ 190,7 milhões em 2019, decorrente de redução de saldo principalmente com fornecedores de materiais e serviços,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

basicamente a natureza desses valores são de curto prazo, pagas dentro de 45 dias do reconhecimento, em 2019 esse saldo em 31 de dezembro era de R\$ 170,1 milhões comparado a R\$ 289,3 milhões em 2018.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo tiveram uma redução imaterial de 2,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 mantendo-se no mesmo patamar de 2018.

Arrendamento mercantil

Totalizou R\$ 447,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 431,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento se refere ao reconhecimento da nova norma contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16 – arrendamentos, como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 7,5% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, quando registrou saldo de R\$ 3.779,6 milhões (R\$ 3.514,6 milhões em 2018), o aumento decorre, principalmente do resultado (lucro) do exercício de 2019.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo reduziram em 27,3%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017, reflexo do pagamento de dívidas ao longo de 2018 e aumento de prazo em dívidas adquiridas recentemente.

Fornecedores

O saldo reduziu 25,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em comparação a 31 de dezembro de 2017, em decorrência principalmente das compras de materiais e serviços, em linha com o nível de atividade da Companhia.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram 20,4%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função as novas captações de dívidas na forma de NCEs e Debêntures.

Arrendamento mercantil

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Arrendamento mercantil totalizou R\$ 431,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, e R\$ 655,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. O saldo em 31 de dezembro de 2018 reflete a reclassificação do longo para o curto prazo em função do cronograma de vencimento de tais passivos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 8,9% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quando registrou saldo de R\$ 3.514,6 milhões (R\$ 3.227,7 milhões em 2017), devido à absorção do resultado gerado no exercício, líquido dos dividendos pagos.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH 2020 x 2019	AH 2019 x 2018
Receita operacional líquida	3.781.915	100,00%	4.135.513	100,00%	3.846.093	100,00%	-8,55%	7,53%
Custos dos serviços prestados	-2.299.891	-60,81%	-2.412.436	-58,33%	-2.226.773	-57,90%	-4,67%	8,34%
Lucro bruto	1.482.024	39,19%	1.723.077	41,67%	1.619.320	42,10%	-13,99%	6,41%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-139.906	-3,70%	-139.654	-3,38%	-96.538	-2,51%	0,18%	44,66%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17.971	0,48%	-3.640	-0,09%	14.940	0,39%	-593,71%	-124,36%
Despesas operacionais	-121.935	-3,22%	-143.294	-3,46%	-81.598	-2,12%	-14,91%	75,61%
Equivalência patrimonial em associadas	12.236	0,32%	20.867	0,50%	9.721	0,25%	-41,36%	114,66%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	1.372.325	36,29%	1.600.650	38,70%	1.547.443	40,23%	-14,26%	3,44%
Resultado financeiro, líquido	- 501.906	-13,27%	- 328.866	-7,95%	- 511.330	-13,29%	52,62%	-35,68%
Lucro (prejuízo)antes do imposto de renda e contribuição social	870.419	23,02%	1.271.784	30,75%	1.036.113	26,94%	-31,56%	22,75%
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	-136.290	-3,60%	-130.332	-3,15%	-21.836	-0,57%	4,57%	496,87%
Diferidos	-32.421	-0,86%	-56.819	-1,37%	-262.256	-6,82%	-42,94%	-78,33%
Lucro/Prejuízo do exercício	701.708	18,55%	1.084.633	26,23%	752.021	19,55%	-35,30%	44,23%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Receita líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 3.781,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação aos R\$ 4.135,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O volume total transportado, de 45,9 bilhões de TKU, foi 7% superior a 2019. Apesar do aumento do volume, a receita líquida de transporte foi impactada pela queda das tarifas em 10,6% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. Destacamos o aumento do volume de açúcar (+87,1%), fertilizantes (+36,4%) e celulose (+23,7%). O volume de grãos permaneceu estável, em razão do cenário de mais competição e, especialmente no milho, pelo produtor segurado as exportações. A operação de elevação portuária apresentou aumento, como consequência do cenário favorável para exportação de açúcar.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 2.299,9 milhões comparativamente a R\$ 2.412,4 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 84,67%. Os custos dos serviços prestados representaram 60,81% e 58,33% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2020 foram de R\$ 139,9 milhões versus R\$ 139,7 milhões em 2019.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 501,9 milhões, comparativamente a R\$ 328,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 52,61%, reflexo do aumento marginal apresentado no montante da dívida impactada principalmente pela variação cambial negativa, resultante da depreciação da moeda Real diante do dólar em 2020.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 701,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com lucro líquido de R\$ 1.084,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 35,30% devido aos motivos apresentados e explicados anteriormente nas linhas de resultado.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Receita líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 4.135,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação aos R\$ 3.846,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 7,53% decorrente de um aumento no volume de operações, em 2019 foi de 42,8 bilhões de TKU, 9,0% maior na comparação com 2018 quando foi de 39,3 bilhões de TKU.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 2.412,4 milhões comparativamente a R\$ 2.226,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 8,34%. Os custos dos serviços prestados representaram 58,3% e 57,9% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2019 foram de R\$ 139,7 milhões versus R\$ 96,5 milhões em 2018.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 328,9 milhões, comparativamente a R\$ 511,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2018, redução de 35,7%, reflexo da redução marginal apresentado no montante da dívida, base para registro de encargos.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As receitas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os valores correntes e diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizou uma despesa de R\$ 284,1 milhões comparativamente a R\$ 284,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente da variação do resultado tributável entre os exercícios.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 1.084,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação com lucro líquido de R\$ 752,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 44,2%.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Receita líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 3.846,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.372,5 milhões 2017), registrando um aumento de 14,0%. Este aumento decorre de aumento de 15,3% no volume, atingindo 39,3 bilhões de TKUs, parcialmente compensado por um mix diferente de produtos com menores tarifas médias, conforme mencionado detalhadamente no tópico 10.1 a.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 2.226,8 milhões comparativamente a R\$ 1.967,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2017, o que representou um aumento de 13,2%. Os custos dos serviços prestados representaram 57,9% e 58,4% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2018 foram de R\$ 96,5 milhões versus R\$ 52,1 milhões em 2017.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 14,9 milhões comparativamente a R\$ 9,4 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2017, o que representou um aumento de 58,3%. As outras receitas (despesas) operacionais representaram 0,4% e 0,3% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O grande fator de variação foi um resultado positivo na alienação e baixas de ativos imobilizado/intangível compensado por menores provisões de demandas judiciais.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 511,3 milhões, comparativamente a R\$ 751,7 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2017, redução de 32,0 %, reflexo da redução marginal apresentado no montante da dívida, base para registro de encargos.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As receitas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os valores correntes e diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizou uma despesa de R\$ 284,1 milhões comparativamente a R\$ 117,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente da variação do resultado tributável entre os exercícios.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 752,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em comparação com lucro líquido de R\$ 496,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o que representou um aumento de 51,5%.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	2019 x 2018	2019 x 2018
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.952.526	2.016.133	1.410.725	-3,2%	42,9%
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento	-261.608	1.056.092	-135.370	-124,8%	-880,2%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-379.325	-2.227.249	-1.352.727	-83,0%	64,6%
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.311.593	844.976	-77.372	0,0%	-1192,1%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	920.972	75.996	153.368	1111,9%	-50,4%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.232.565	920.972	75.996	142,41%	1111,87%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O principal fator da redução do caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a queda das tarifas em 10,6% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. Destaque nas contas a receber de clientes de R\$ 134,3m compensado por fornecedores de R\$ 251,6 milhões em 2020.

Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos reduziu para R\$ 251,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu do recebimento de mútuo em 2019 de 630,7 milhões, o que não ocorreu em 2020; combinado com redução dos títulos e valores mobiliários de R\$ 954,7 milhões quando comparado 2020 e 2019.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento em 2020 reflete as captações de R\$ 898,9 milhões em novos financiamentos (R\$ 662,7 milhões em 2019), seguidas de amortizações de principal de R\$ 221,7 milhões (R\$ 1.349,0 milhões em 2019), amortizações de juros de R\$ 509,0 milhões (R\$ 477,9 milhões em 2019), instrumentos financeiros derivativos R\$ 169,3 milhões (R\$ 1,9 milhões em 2019) e pagamento de dividendos R\$ 511,5 milhões (R\$ 819,5 milhões em 2019).

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa e equivalente de caixa variou de 2019, de R\$ 921,0 milhões, para R\$ 2.232,6 milhões em 2020 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2020 um saldo final de R\$ 2.638,3 milhões.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O principal fator do incremento no caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi o volume de operações elevando a receita operacional, alavancado por uma capacidade maior gerada pelos investimentos recentes e por uma safra normal de grãos em 2019.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos aumentou em R\$ 1.191,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse impacto decorreu do maior volume de recursos aplicados em títulos e valores mobiliários (R\$ 1.278,6 milhões em 2019).

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento em 2019 reflete as captações de R\$ 662,7 milhões em novos financiamentos (R\$ 2.411,6 milhões em 2018), seguidas de amortizações de principal de R\$ 1.467,4 milhões (R\$ 2.591,20 milhões em 2018), amortizações de juros de R\$ 561,4 milhões (R\$ 634,3 milhões em 2018), instrumentos financeiros derivativos R\$ 39,1 milhões (R\$ 44,5 milhões em 2018) e pagamento de dividendos R\$ 819,3 milhões (R\$ 481,8 milhões em 2018).

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de 2018, de R\$ 76,0 milhões, para R\$ 921,0 milhões em 2019 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2019 um saldo final de R\$ 1.644,6 milhões.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O principal fator do incremento no caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi o volume de operações elevando a receita operacional, alavancado por uma capacidade maior gerada pelos investimentos recentes e por uma safra normal de grãos em 2018.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento***

O caixa utilizado nas atividades de investimentos reduziu 91,5%, devido, principalmente, ao investimento realizado em títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 239,9 milhões (R\$ 1.043,9 milhões em 2017) e em ativos imobilizados, softwares e outros intangíveis, no valor de R\$ 563,7 milhões (R\$ 749,0 milhões em 2016).

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento em 2018 reflete as captações de R\$ 2.411,6 milhões em novos financiamentos (R\$ 3.631,4 milhões em 2017), seguidas de amortizações de principal de R\$ 2.591,2 milhões (R\$ 2.232,0 milhões em 2017), amortizações de juros de R\$ 634,3 milhões (R\$ 830,5 milhões em 2017), instrumentos financeiros derivativos R\$ 44,5 milhões (R\$ 17,8 milhões em 2017) e pagamento de dividendos R\$ 481,8 milhões (R\$ 283,5 milhões em 2017).

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de 2017, de R\$ 153,4 milhões, para R\$ 76,0 milhões em 2018 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2018 um saldo final de R\$ 1.944,8 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta pelo (i) transporte ferroviário de produtos agrícolas, produtos industriais e contêineres e (ii) outras receitas que incluem receitas pelo direito de passagem de outras ferrovias e receitas pelo transporte de açúcar por outras ferrovias ou pelo modal rodoviário.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

- ambiente macroeconômico brasileiro;
- aquisições, parcerias e reestruturações societárias;
- demanda por serviços logísticos;
- sazonalidade;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- operações de hedge (conforme apresentadas no item 5.1 do Formulário de Referência);
- volatilidade dos preços internacionais de petróleo (denominado em dólares) e mudanças correlatas nos preços domésticos de petróleo (denominado em reais), que impactem os resultados de transporte da Companhia;
- crescimento do Produto Interno Bruto no setor do agronegócio brasileiro, o qual pode impactar a demanda pelos serviços da Companhia e, consequentemente, os volumes distribuídos e vendas no Brasil; e
- políticas tarifárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos estados nos quais a Companhia opera e, consequentemente, suas obrigações tributárias.

Pandemia de COVID 19

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido suas atividades, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente as operações e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- (i) Queda de receita devido ao declínio na demanda serviços nos mercados impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social: transporte de combustíveis

10.2 - Resultado operacional e financeiro 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(afetado pela queda no consumo) e transporte de produtos industriais (afetado pela retração na atividade econômica e atividades industriais);

- (ii) Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;
- (iii) Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia.
- (iv) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

Cerca de 85% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a Companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. O movimento para reforçar o caixa teve início em março de 2020, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 898.977. A Companhia também aderiu à suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamento (standstill) junto ao BNDES. Os covenants financeiros são medidos anualmente na data base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment. Como a pandemia não vem interrompendo as operações da Companhia, o impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de impairment. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

10.2 - Resultado operacional e financeiro 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições de circulação e os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, manteve nosso custo médio ponderado do capital sem alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de "A". Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

A exposição máxima ao risco de crédito de clientes da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. Considerando que: (i) o prazo médio de faturamento aos clientes da Companhia é curtíssimo; e (ii) os clientes de carteiras mais suscetíveis à deterioração de créditos passaram a ter a exposição monitorada constantemente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não prevê perdas adicionais em seu saldo de contas a receber.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores determinantes da variação da receita bruta da Companhia, em função de sua composição, nos três últimos exercícios sociais foram a variação nos volumes e/ou tarifas operadas.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço do diesel. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado quaisquer segmentos operacionais em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas passaram a adotar as novas interpretações contábeis do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores (a Companhia não possui transações relevantes como arrendador). A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 / IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos, às quais aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019. No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

Tratamento como arrendatária

A Companhia arrenda ativos, incluindo imóveis, infraestrutura ferroviária, portuária, material rodante (locomotivas e vagões), veículos e equipamentos de TI. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, como equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia apresenta os valores contábeis dos ativos de direito de uso (incluindo ativos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros) em uma linha específica do balanço designada “direito de uso”. Da mesma forma, registra os passivos em uma conta distinta chamada “Arrendamento mercantil”.

a) Política contábil significativa

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão é exercível por ambos os participantes (arrendador e arrendatário).

b) Transição

Anteriormente, a Companhia dispensava aos contratos de concessão de infraestrutura ferroviária, portuária e materiais rodantes o mesmo tratamento dado aos arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17. Alguns contratos são ajustados por índices inflacionários como IGP-M ou IPCA. Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial – a Companhia aplicou esta abordagem aos seus arrendamentos de infraestrutura ferroviária, portuária e material rodante; ou
- ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento – a Companhia aplicou esta abordagem a todos os outros arrendamentos.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17:

- aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

Os arrendamentos classificados e registrados anteriormente como arrendamento financeiro conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 tiveram o valor contábil do direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento imediatamente antes dessa data.

c) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos adicionais de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados, conforme abaixo:

	01/01/2019
Ativo não circulante	
Ativos de direito de uso	178.022
Total do ativo não circulante	178.022
 Total ativo	 178.022
 Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	6.795
Total passivo circulante	6.795
 Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	171.227
Total passivo não circulante	171.227
 Total passivo	 178.022

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 12,70% (taxa de juros incremental).

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10.5 - Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia consideram os princípios contábeis críticos importantes para a descrição da condição financeira e dos resultados operacionais da Companhia, sendo certo que a sua adoção requer julgamentos difíceis, subjetivos ou complexos, usualmente relacionados à necessidade de se fazer estimativas sobre o efeito de questões cuja incerteza é inerente. Nesse sentido, nota-se que o aumento do número de variáveis e premissas torna os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Para permitir uma melhor compreensão acerca da avaliação dos Diretores sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas inerentes às estimativas, além da sensibilidade de tais avaliações em relação a circunstâncias variadas, foram identificados os princípios contábeis críticos, que são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, como expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Nesse contexto, os julgamentos, estimativas e premissas significativas utilizados nas demonstrações financeiras da Companhia estão contemplados a seguir:

Ativos Imobilizado e intangível, incluindo ágio: O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados incluem as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizados adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de impairment de ativos intangíveis de vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de impairment é efetuado para ágio, ativos intangíveis com vida útil indefinida ou quando indicadores de impairment estão presentes. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados de entrada (premissas) para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez e risco de crédito. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para demandas judiciais. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a

**10.5 - Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas
10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Pagamento baseado em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários através do valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade, rendimento de dividendos e outras premissas.

A descrição detalhada de todas as práticas contábeis da Companhia está divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Descrições dos diretores de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. **Contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

- b. **natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

- c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. **investimentos, incluindo:**

O plano abaixo refere ao plano da Rumo S.A. consolidado, na qual a Companhia está inserida. Portanto, os valores mencionados referem-se ao total consolidado.

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia investiu R\$2.979,2 milhões, sendo que as principais iniciativas foram: (i) aquisição de locomotivas; (ii) melhorias na via; (iii) aquisições de vagões; (iv) melhorias em Terminais, (v) construção da via da Malha Central; e (vi) investimentos recorrentes. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia investiu R\$ 1.943,1 milhões, sendo que as principais iniciativas foram: (i) aquisição de locomotivas; (ii) melhorias na via; (iii) aquisições de vagões; (iv) melhorias em Terminais; e (v) investimentos recorrentes. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia investiu R\$ 1.996,7 milhões, sendo que as principais iniciativas foram: (i) aquisição de locomotivas; (ii) melhorias na via; (iii) aquisições de vagões; (iv) melhorias em Terminais; e (v) investimentos recorrentes.

Nosso plano de investimento anterior previa aproximadamente R\$ 9,0 bilhões em investimentos para o período de 2016 a 2020. Em 19 de março de 2019, foi apresentado um novo plano de investimento para o período de 2019 a 2023, no valor de aproximadamente R\$ 14,0 bilhões, dos quais R\$ 1.943,1 milhões foram gastos no primeiro ano.

A Companhia tem iniciativas focadas em aumento de eficiência operacional e redução de custos por meio de um plano de substituição e reforma de locomotivas e vagões, recuperação da via permanente e investimentos em tecnologia. Estas iniciativas levaram a diversos benefícios como economia de diesel e lubrificantes, redução de gastos com manutenção, aumento do nível operacional e redução de acidentes e otimização da circulação de trens. Além disso, melhorias operacionais proporcionaram otimização de diversos processos para maior eficiência operacional com ganhos de volume e redução de custo.

As iniciativas de expansão do plano estão condicionadas ao prazo de amortização dos investimentos ou a extensão do período de concessão e objetivam o aumento de capacidade bem como o crescimento do volume total transportado. Os principais projetos envolvem a ampliação e construção de novos pátios de cruzamento bem como a melhoria de trechos críticos, como por exemplo entre as cidades de Itirapina (SP) e Campinas (SP) de forma a aumentar o tamanho do trem tipo e consequentemente elevar o volume transportado. Além disso, prevê-se também a aquisição de material rodante (locomotivas e vagões) para aumento da frota e a melhoria dos acessos a portos e terminais em Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC). Além das iniciativas citadas, há investimentos previstos para conclusão das obras da Malha Central (Ferrovia Norte-Sul), cujo contrato de arrendamento foi assinado em 31/07/2019. O trecho adquirido pela concessão da Malha Central encontra-se em fase pré-

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

operacional e liga o estado de Tocantins à nossa Malha Paulista, compreendendo um trecho adicional de 1.537km à nossa malha ferroviária.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística, além da própria geração de caixa, advém de captações no mercado financeiro, aumentos de capital e linhas de crédito que a Companhia obtém junto à bancos, a exemplo do BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Com o objetivo de expandir sua área de atuação a Companhia adquiriu a concessão da Ferrovia Norte-Sul pelo período de 30 anos, através de leilão realizado em 2019. Além disso, para continuar aumentando a eficiência operacional e melhorar a malha ferroviária foram adquiridos por meio de suas controladas, novos materiais rodantes, trilhos e dormentes, bem como realizou investimentos na recuperação de ativos em más condições operacionais, recapacitação de trechos, reformas, melhorias e recuperação de pátios e terminais no interior e nos portos operados pela Companhia a fim de aumentar a produtividade destes.

c. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos para novos produtos ou serviços, todavia estão sendo realizados investimentos para aumentar a área de abrangência do portfólio de serviços existente, através da expansão da Malha Norte, da conclusão das obras da Malha Central (concessão obtida através de leilão em 2019 e se encontram em fase pré-operacional) e dos investimentos assumidos com a renovação da Malha Paulista.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Item não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência

Conforme descrito no item 4.1 –"Descrição dos Fatores de Risco deste Formulário de Referência – O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde ("OMS") em razão da disseminação do novo Coronavírus (COVID- 19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.". As operações da Companhia, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia sofreram certo impacto em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia do COVID-19.

As consequências adversas da atual pandemia ocorreram (e continuam ocorrendo) após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, permanecendo, ainda, após a publicação das informações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, além das ponderações apresentadas neste item 10.9 e nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.8 deste Formulário de Referência.

Na data desta atualização do Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais impactos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

Os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia avaliará a evolução dos efeitos da atual pandemia em suas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na sua capacidade de continuar operando seus negócios. As análises da Companhia serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da pandemia do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

A declaração da pandemia do COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

Em 20 de março de 2020, o Decreto Federal nº 10.282 definiu os serviços de transporte de cargas gerais como essenciais, e desta forma, a Rumo tomou diversas providências para adequar seus

10.9 - Outros fatores com influência 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

procedimentos conforme protocolos de órgãos oficiais e proteger a saúde seus funcionários e as pessoas relacionadas à sua operação.

Ações e protocolos foram implementados juntamente com ações dos órgãos públicos e demais entidades e tratativas junto a eles, permitiram que a Companhia não paralisasse suas atividades. As operações nos portos seguem firmes, e as obras na Malha Central e no Terminal de Rondonópolis continuam ininterruptas. A Rumo segue com sua operação ferroviária, garantindo o transporte e o atendimento aos seus clientes, que, em meio a um cenário de desvalorização do real, viram a demanda por serviços logísticos aumentar no que se refere ao transporte de commodities agrícolas.

A Companhia está monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global do COVID-19, com o objetivo de preservar a sua segurança, de seus colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em seus negócios. A Companhia não tem como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias.

Desde o início dos impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia, a Companhia tomou medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando a, reduzir despesas. A Companhia acredita que essas medidas e sua posição financeira atual são adequadas para permitir o cumprimento de suas obrigações de longo e curto prazos e, embora não tenha, atualmente, motivos para acreditar que não será capaz de continuar operando seus negócios, a sua administração entende que a pandemia do COVID-19 poderá trazer efeitos adversos relevantes no curto prazo e efeitos que a Companhia não consegue prever no médio e longo prazos.

Medidas adotadas pela Companhia em decorrência do COVID-19:

- (i) Do ponto de vista financeiro, a Rumo adotou postura conservadora para preservar sua liquidez por meio de captações para reforço de caixa, atingindo posição confortável para atravessar esse momento crítico para a economia.
- (ii) Com relação às estratégias de crescimento: A Companhia segue executando seu plano de investimento visando a expansão de suas atividades. As obras da Malha Central, com todos os cuidados necessários para preservar a saúde e integridade das pessoas, não foram paralisadas.
- (iii) Com relação às medidas de contingência, higiene e limpeza tomadas para o escritório e para os terminais portuários:

No Centro de Controle Operacional (CCO), que opera 24 horas por dia, um plano especial de reestruturação das atividades e utilização de equipamentos foi colocado em prática: a passagem de informações entre as escalações passou a ser feita por vídeo ou arquivo virtual e as áreas de circulação foram modificadas para manter a distância segura entre os profissionais.

- No principal terminal de transbordo, em Rondonópolis (MT), foi montada uma estrutura especial para atender os caminhoneiros 24 horas por dia. Técnicos de enfermagem realizam a triagem no acesso ao Rondopálio, com a aferição de temperatura dos motoristas, que recebem máscaras e instruções médicas. Também foi criada uma fila

**10.9 - Outros fatores com influência
10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

especial de descarga, em que a permanência é limitada ao mínimo necessário para casos emergenciais. No Porto de Santos, foram implementadas mesmas medidas, e, ainda, colaborando com outros terminais, a Rumo realizou a doação de álcool em gel e adotou conjuntamente medidas para garantir a saúde e segurança dos colaboradores.

- Todos os funcionários que integram os grupos de risco para a Covid-19 foram orientados a adotar medidas específicas de isolamento com cuidados e monitoramento.
- Reforço e aumento na limpeza para ampliação na higienização do piso, bancadas, superfícies, maçanetas, banheiros, entre outros.

(iv) Com relação às medidas trabalhistas:

O regime de tele trabalho (home office) foi instituído para funcionários das áreas administrativas e foram realizadas adequações nas instalações e com implementação de processos para garantir a integridade da saúde (física e psicológica) dos profissionais que precisam estar em campo. Além disso, todos os funcionários que integram os grupos de risco para a Covid-19 foram orientados a adotar medidas específicas de isolamento com cuidados e monitoramento.

(v) Com relação aos informativos internos:

- Disponibilização de informativos com orientações de lavagem e higienização frequentes das mãos nos banheiros, copas internas e copas fechadas.
- Sinalização de distanciamento seguro e informativos nos murais internos.
- Envio de informativos digitais (Radar Saúde) com protocolos e recomendações no ambiente de trabalho.